

Procuradoria Geral do Município do Rio
de Janeiro



8º Concurso para Ingresso na Classe
Inicial da Carreira de Procurador



PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

Neste Caderno de Questões, você encontrará **3 (três) páginas** numeradas sequencialmente, contendo esta folha de rosto e **3 (três) questões** de **Direito Constitucional**.

Verifique a paginação e se as questões estão legíveis. Se houver erro ou problemas de impressão, notifique o fiscal.

Este caderno poderá ser levado pelo candidato após o transcurso de 1 (uma) hora de prova.

Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala após transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e das folhas de rascunho para descarte.

Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala somente poderão sair juntos, após presenciarem o fechamento dos envelopes, rubricando-os.

[Handwritten signatures in blue ink]

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1 (VALOR: 40 pontos)

O Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 1.842, relativa à Lei Complementar nº. 87/1997, do Estado do Rio de Janeiro, organizadora da respectiva Região Metropolitana, que a titularidade das funções e dos serviços públicos de interesse comum, em regiões metropolitanas, é do colegiado formado pelos municípios e pelo estado federado. A decisão do Supremo Tribunal Federal impõe nova organização da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 25, §3º, da Constituição Federal e do artigo 75 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Em cumprimento da decisão do STF, o Estado do Rio de Janeiro editou a Lei Complementar nº. 184, de 27 de dezembro de 2018, em que definiu como de titularidade metropolitana, dentre outros, o serviço de saneamento básico.

Diante desse cenário jurídico, pergunta-se:

- a) O Município do Rio de Janeiro pode se recusar a integrar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, invocando a sua autonomia federativa e, em especial, a prestação deficiente, ao longo de muitos anos, do serviço pela empresa estadual de saneamento? Justifique.
- b) Confronte o conteúdo do artigo 30, V, da Constituição Federal com a afirmação da titularidade metropolitana do serviço de saneamento básico, tanto na decisão do STF, quanto na Lei Complementar nº. 184/2018, justificando o seu entendimento.



QUESTÃO 2 (VALOR: 30 pontos)

Explique os fundamentos e o regime jurídico da modulação temporal do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, abordando:

- a) as hipóteses de aplicação;
- b) os requisitos formais;
- c) o impacto no efeito repristinatório da decisão; e
- d) as objeções ao seu uso.

QUESTÃO 3 (VALOR: 30 pontos)

Em meio a um quadro de contaminação por vírus no território do Município de Sanópolis, atestado por comitê científico de especialistas em saúde pública, e de superlotação das unidades públicas de saúde, o Prefeito editou Decreto impondo a seguinte medida restritiva de circulação de pessoas em áreas públicas municipais a fim de reduzir a disseminação do vírus: proibição da permanência de pessoas em parques e de circulação pelas vias públicas entre 10 (dez) horas da noite e 6 (seis) horas da manhã.

Inconformado, um cidadão impetra mandado de segurança, no qual questiona a constitucionalidade do Decreto, sob o fundamento de incompetência do Município para dispor sobre medidas sanitárias, de violação ao seu direito de ir e vir, de livre disposição sobre o próprio corpo e da falta de comprovação científica da eficácia das medidas adotadas.

Como Procurador, apresente os fundamentos constitucionais da defesa do Município no mandado de segurança.

